

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

YASMIM KELLY RAMOS MEDEIROS

**OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES**

João Pessoa – PB
2025

YASMIM KELLY RAMOS MEDEIROS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Educação, como parte das exigências do Curso de Graduação em Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da Profª Drª Quézia Vila Flor Furtado.

JOÃO PESSOA-PB

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M488d Medeiros, Yasmim Kelly Ramos.

Os desafios enfrentados pelos estudantes com
deficiência na educação de jovens e adultos: percepções
dos professores / Yasmim Kelly Ramos Medeiros. - João
Pessoa, 2025.

39f. : il.

Orientação: Quêzia Vila Flor Furtado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Inclusão. 3.
Pessoa com deficiência. 4. Acessibilidade. 5.
Capacitismo. I. Furtado, Quêzia Vila Flor. II. Título.

UFPB/CE

CDU 374.7:376(043.2)

YASMIM KELLY RAMOS MEDEIROS

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERCEPÇÕES DOS
PROFESSORES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para a obtenção do
grau de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba.

Aprovada em: 28 de Agosto de 2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 QUEZIA VILA FLOR FURTADO
Data: 28/08/2025 22:19:01-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a. Quézia Vila Flor Furtado Universidade
Federal da Paraíba Orientadora

Prof.^a Dr.^a. Isabel Marinho da Costa Universidade
Federal da Paraíba Examinadora

Prof.^a Dr.^a. Maria Lígia Isídio Alves Universidade
Federal da Paraíba Examinadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por renovar minhas forças dia após dia. Mesmo diante das dificuldades, Ele me mostrou que sempre é possível recomeçar e, com sua misericórdia e bondade, sustentou meus passos até aqui.

À minha mãe, Ana Paula, exemplo de amor e dedicação, que acreditou em mim mesmo quando eu mesma duvidei. Obrigada por cada esforço para que eu chegasse até aqui, por acreditar que a educação poderia transformar a minha vida e, mesmo diante das dificuldades, nunca me deixar desistir, sendo sempre meu alicerce em todos os momentos.

À minha sogra, Jussara, in memoriam, que me acolheu como uma filha e sempre acreditou no meu potencial. Foi presença constante em minha caminhada, cuidando de mim e dos meus filhos para que eu pudesse seguir estudando. Hoje não está fisicamente para comemorar esta conquista, mas sua memória e seu amor permanecem vivos em meu coração.

Ao meu companheiro de vida, Sidney, que sempre esteve ao meu lado, acreditando na vitória desde o início. Seu apoio, incentivo e amor foram fundamentais para que eu não desistisse deste sonho.

Aos meus filhos, Gabriella e José Davi, que são minha maior inspiração, minha fortaleza e o motivo de eu nunca desistir. Vocês iluminam meus dias e me impulsionam a buscar sempre o melhor. Esta vitória também é de vocês!

À minha amiga Ana Carolina, que tantas vezes segurou minha mão e não deixou que eu desistisse, contribuindo com minha formação acadêmica e mostrando-me o valor de uma amizade verdadeira. E às minhas amigas Ana Paula, Claudenice, Dayane e Josiane, companheiras de jornada, que tornaram esse percurso mais leve e cheio de significado. O apoio de vocês foi essencial para que eu chegasse até aqui.

E, por fim, à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Quézia Vila Flor Furtado, que, com paciência, sensibilidade e sabedoria, soube compreender minhas necessidades, guiar meus passos e caminhar comigo em cada etapa desta construção. Minha eterna gratidão.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo refletir sobre os desafios enfrentados por estudantes com deficiência na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir das percepções dos professores. A pesquisa, de abordagem quantitativa, foi realizada por meio de questionário online, organizado pelo Google Forms e enviados através de grupo de professores no Whatsapp a 20 professores das redes municipal de João Pessoa-PB e estadual da Paraíba. O estudo foi fundamentado em autores como Paulo Freire (1996), Arroyo (2017), Mello (2016), Sassaki (2009), além da LDB (Lei nº 9.394/1996), da LBI (Lei nº 13.146/2015) e da Constituição Federal de 1988. Os resultados mostraram que a maioria dos professores entrevistados já receberam estudantes com deficiência em suas turmas, mas muitos afirmam não se sentir totalmente preparados para promover uma inclusão efetiva. As principais dificuldades apontadas foram a ausência de materiais pedagógicos adaptados, a falta de acessibilidade em algumas escolas e a carência de formação continuada. Apesar disso, os docentes demonstram interesse em adaptar atividades. Verificou-se ainda que os estudantes com deficiência encontram na EJA um espaço de acolhimento, socialização e oportunidade de exercer sua cidadania. Conclui-se que a inclusão na EJA exige não apenas a dedicação dos professores, mas também políticas públicas consistentes e eficazes, investimento em recursos pedagógicos e apoio especializado. Assim, a EJA se reafirma como espaço de justiça social, dignidade e transformação de vidas.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos. Inclusão. Pessoa com deficiência. Acessibilidade. Capacitismo.

ABSTRACT

This Final Paper aims to reflect on the challenges faced by students with disabilities in Youth and Adult Education (EJA), from the perspective of teachers. The research, with a quantitative approach, was conducted through an online questionnaire, organized via Google Forms and distributed to 20 teachers from the municipal network of João Pessoa-PB and the state network of Paraíba, through a WhatsApp group of educators. The study was based on authors such as Paulo Freire (1996), Arroyo (2017), Mello (2016), and Sassaki (2009), as well as the LDB (Law No. 9.394/1996), the LBI (Law No. 13.146/2015), and the Federal Constitution of 1988. The results showed that most of the teachers interviewed have already received students with disabilities in their classes, but many reported not feeling fully prepared to promote effective inclusion. The main difficulties identified were the lack of adapted teaching materials, the absence of accessibility in some schools, and the shortage of continuing education. Nevertheless, the teachers expressed interest in adapting activities. It was also observed that students with disabilities find in EJA a space for support, socialization, and an opportunity to exercise their citizenship. It is concluded that inclusion in EJA requires not only the dedication of teachers, but also consistent and effective public policies, investment in pedagogical resources, and specialized support. Thus, EJA reaffirms itself as a space of social justice, dignity, and life transformation.

Keywords: Youth and adult education. Inclusion. People with disabilities. Accessibility. Ableism

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA

AEE – Atendimento Educacional Especializado

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EEEFM – Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LBI – Lei Brasileira de Inclusão

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 OS SUJEITOS DA EJA.....	12
2.2 PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O DIREITO A EDUCAÇÃO.....	14
2.3 CUIDADORES E APOIO ESPECIALIZADO NA EJA.....	16
2.4 CAPACITISMO E ACESSIBILIDADE NA EJA	18
3. METODOLOGIA.....	20
3.1 TIPO DE PESQUISA	20
3.2 PESQUISA DE CAMPO.....	20
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA	20
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
4.1 VIVÊNCIA E FORMAÇÃO DOCENTE COM ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA	23
4.3 RECURSOS DIDÁTICOS E A MOTIVAÇÃO DE FREQUENTAR A ESCOLA..	25
4.4 ESTRUTURA ESCOLAR E CAPACITISMO	29
4.5 IMPORTÂNCIA DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EJA.	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
6. REFERÊNCIAS.....	34
7. APÊNDICES.....	36
7.1 QUESTIONÁRIO	36
7.1.1 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE.....	36
7.1.2 PERGUNTAS	37

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) sempre ocupou um espaço de destaque na minha trajetória pessoal e acadêmica. Meu interesse por essa modalidade vem da minha própria história: meus pais não conseguiram concluir os estudos, mas sempre fizeram de tudo para que eu pudesse terminar os meus. Minha mãe participou do ProJovem e, quando eu era criança, me levava para as aulas com ela. Aquela vivência me marcou profundamente e me fez perceber a força transformadora da educação na vida das pessoas.

Mais tarde, no magistério e durante os estágios realizados na Educação Especial, vivenciei de perto a realidade de muitos estudantes com deficiência que eram colocados em salas separadas apenas para colorir, sem um ensino significativo ou adaptado. Essa realidade me fez entender que eu queria ser uma professora diferente, que enxergasse e valorizasse cada estudante, reforçando meu compromisso em contribuir para uma educação mais justa, equitativa e acessível para todos.

Durante a graduação, esse desejo se fortaleceu ainda mais, especialmente em um estágio realizado na EJA. Nessa turma, dois estudantes com deficiência contavam com o apoio de um cuidador e tinham bastante autonomia, mas, mesmo assim, as atividades propostas a eles se resumiam a colorir ou resolver operações matemáticas básicas. Ao conversar com a professora regente, percebi que não havia materiais adaptados para a EJA, muito menos voltados especificamente para esses estudantes. A escola até possuía uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas ela permanecia fechada durante o turno da noite. A gestão havia solicitado um cuidador, mas considerava que esse já era o máximo de suporte possível.

Além disso, uma aula da disciplina de Alfabetização de Jovens e Adultos, ministrada pela professora Quézia Vila Flor Furtado, também contribuiu fortemente para minha escolha de tema. Na ocasião, recebemos representantes da EEEFM Geraldo Lafayette Bezerra, localizada no bairro do Cristo Redentor, Zona Oeste de João Pessoa-PB, que oferece EJA nas modalidades presencial e semipresencial. Durante a aula, foi mencionado que a escola atende estudantes com deficiência que buscam a certificação, o que ampliou minha percepção sobre os desafios e possibilidades da modalidade semipresencial da EJA. A partir dessas vivências e reflexões, percebi o quanto ainda é escassa a produção de estudos que tratem de

como os materiais e conteúdos são adaptados para a EJA, especialmente quando pensamos nos estudantes com deficiência e surgiu a inquietação: quais os desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência na Educação de Jovens e Adultos: a partir das percepções dos professores?

Nesta perspectiva, a presente pesquisa tem como objetivos conhecer e refletir os desafios enfrentados por estudantes com deficiência no contexto da EJA, a partir das percepções dos professores; identificar os desafios enfrentados por esses estudantes para estudar e as suas motivações para frequentar a escola; averiguar a acessibilidade, materiais pedagógicos e recursos disponíveis para as pessoas com deficiência na EJA; identificar atitudes capacitistas, sejam elas expressas por falas, atitudes ou ações e refletir sobre a importância de incluir os estudantes com deficiência na EJA.

Este trabalho foi estruturado de maneira a pesquisar as etapas necessárias para o desenvolvimento do tema investigado. Na primeira parte, apresenta-se a fundamentação teórica, fundamentada pelos autores Arroyo (2017), Freire (1996 e 1987), Sassaki (2009) e Mello (2016), além das bases legais presentes na LDB (1996), LBI (2015) e na Constituição Federal (1988). Em seguida, a metodologia, foi desenvolvida em Lakatos e Marconi (2017), detalhando o percurso adotado para a realização da pesquisa. Na terceira parte, são expostos e discutidos os resultados obtidos por meio da aplicação de um questionário no Google Forms, analisados de forma crítica e contextualizada. Por fim, nas considerações finais, o tema é retomado de maneira reflexiva. Finalmente, apresentam-se as referências utilizadas ao longo do trabalho, bem como o apêndice que complementa a pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 OS SUJEITOS DA EJA

De acordo com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) busca atender “todos os cidadãos de 15 anos ou mais que não concluíram a educação básica” (BRASIL, 2006, p. 1).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) também reforça esse direito no Art. 37, estabelece que a EJA é voltada àqueles que não tiveram acesso ou que por algum motivo tiveram que parar de estudar, sendo um instrumento de aprendizagem ao longo da vida.

Esses sujeitos, que retornam à escola em diferentes fases da vida, e trazem vivências e saberes construídos fora do ambiente escolar. São protagonistas de histórias reais, ricos em experiências, que chegam às salas de aula com valores, crenças e modos de pensar já formados. As turmas da EJA reúnem pessoas com origens, idades, vivências profissionais, históricos escolares e ritmos de aprendizagem variados, o que exige do professor um olhar atento às particularidades de cada estudante, reconhecendo a pluralidade como ponto de partida para o processo educativo.

Nesse sentido, Paulo Freire (1987) afirma que os estudantes da EJA não podem ser vistos como recipientes vazios a serem preenchidos, mas como sujeitos históricos que trazem consigo saberes construídos em sua vivência social e cultural. Para o autor, “não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes” (FREIRE, 1996), o que implica reconhecer o valor da experiência de vida desses estudantes como ponto de partida para a prática pedagógica.

O retorno à escola na EJA representa um desafio, envolvendo apoio familiar, condições de deslocamento e disponibilidade de tempo. Nesse contexto, segundo Arroyo (2017), os estudantes da EJA são “passageiros para mais uma viagem escolar. A última? Esse é o lugar da EJA nas hierarquias escolares: a última porta de emergência no hierárquico percurso escolar a transportar esperanças do último ônibus”, o que destaca a posição marginalizada, mas ao mesmo tempo significativa.

O retorno à escola, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), geralmente representa um verdadeiro desafio para esses estudantes, sendo uma decisão que envolve muitos fatores, como apoio da família e do trabalho, condições

de deslocamento, custos e disponibilidade de tempo. Os motivos que levam jovens e adultos a procurarem a escola são variados, mas, em sua maioria, partem de necessidades reais e urgentes.

Alguns buscam a escola com o objetivo de melhorar a funcionalidade no seu dia a dia, como aprender a ler placas de rua, nomes de ônibus, bilhetes, notas fiscais, rótulos de produtos ou até mesmo entender o que está escrito em livros e documentos. Outros associam a escolarização à possibilidade de conquistar uma vaga de emprego, ser promovido ou conseguir um trabalho melhor. Isso porque, na sociedade atual, a escolaridade básica e, muitas vezes, o ensino médio completo são exigências mínimas para inserção no mercado de trabalho formal.

Muitos estudantes da EJA também procuram a escola porque querem se sentir incluídos na sociedade, especialmente no que diz respeito à leitura e à escrita, já que muitas vezes se sentem excluídos e envergonhados por não dominarem essas habilidades. Nesse sentido, a escola acaba sendo um espaço importante para a inclusão social e para fortalecer a autoestima dessas pessoas. Lá, além de aprender, eles também têm a oportunidade de fazer amizades, trocar experiências e participar de atividades que tornam o dia a dia mais significativo. Para muitos, voltar a estudar é a realização de um sonho e também uma forma de recuperar um direito que foi negado durante muito tempo.

Tudo isso está diretamente ligado ao que diz a Constituição Federal de 1988, no artigo 205, que afirma que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, Art. 205).

Esse artigo reforça a importância da EJA como política pública que não só ensina conteúdos, mas também valoriza o ser humano e contribui para sua inclusão na sociedade. Para compreender os desafios enfrentados na EJA, é fundamental considerar as especificidades das pessoas com deficiência.

2.2 PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O DIREITO A EDUCAÇÃO

Vale destacar que, esse entendimento sobre o direito à educação deve considerar a diversidade dos sujeitos atendidos pela EJA, incluindo aqueles que possuem deficiência. Para garantir a efetivação desse direito, é necessário compreender quem são essas pessoas e como são definidas pela legislação brasileira.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015):

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Essa definição indica que a deficiência não está apenas na condição individual, mas também nas barreiras que a pessoa encontra no cotidiano. Por isso, é fundamental garantir condições que eliminem esses obstáculos e promovam a participação plena e igualitária na sociedade.

Além disso, o conceito traz a ideia de que a deficiência é uma construção social, ou seja, o que limita a pessoa não é apenas sua condição, mas também a falta de acessibilidade, preconceitos e outras dificuldades impostas pelo ambiente. Isso reforça a importância de políticas públicas e práticas educacionais que sejam inclusivas e adaptadas às necessidades diversas dos estudantes.

No contexto da EJA, compreender essa perspectiva é ainda mais importante, pois muitos estudantes com deficiência enfrentam não só desafios pessoais, mas também a falta de recursos pedagógicos adequados, apoio especializado e ambientes acessíveis. Garantir o direito à educação para essas pessoas significa superar essas barreiras e proporcionar oportunidades reais de aprendizagem e participação social.

O direito à educação é garantido pela Constituição Federal de 1988, no artigo 205, esse artigo estabelece a educação como um direito fundamental e um dever coletivo, reforçando o compromisso com o acesso e a permanência de todos os cidadãos no sistema educacional.

Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹ (IBGE, 2024) evidenciam, as desigualdades no acesso e na permanência na educação entre pessoas com e sem deficiência. A realidade é que, no Brasil, apenas uma em cada quatro pessoas com deficiência conseguiu concluir o ensino básico obrigatório, revelando um cenário de exclusão que se perpetua ao longo da trajetória escolar e compromete diretamente as oportunidades futuras.

A taxa de analfabetismo ilustra com clareza essa disparidade: enquanto apenas 4,1% das pessoas sem deficiência não sabem ler e escrever, entre as pessoas com deficiência esse índice sobe para 19,5%. Além disso, observa-se que as desigualdades regionais agravam a situação. No Nordeste, por exemplo, o índice de analfabetismo entre pessoas com deficiência atinge 31,2%, contrastando com o Sul do país, onde a taxa, embora ainda significativa, é de 12,7%. Esses números indicam que, além da deficiência, outros fatores como localização geográfica, condições socioeconômicas e oferta de políticas públicas de qualidade influenciam diretamente o acesso à educação.

Quando se analisa o nível de escolaridade das pessoas com deficiência com 25 anos ou mais, o quadro torna-se ainda mais preocupante. Uma maioria expressiva, equivalente a 63,3%, não completou a educação básica, ficando sem instrução ou com o fundamental incompleto. Outros 11,1% conseguiram concluir o ensino fundamental, mas não avançaram até o ensino médio. Em contraste, entre a população sem deficiência, esses percentuais são bem menores, 29,9% e 12,8%, respectivamente. A diferença torna-se ainda mais acentuada no ensino médio e no ensino superior: apenas 25,6% das pessoas com deficiência concluíram ao menos o ensino médio, enquanto 57,3% das pessoas sem deficiência conseguiram concluir. Já a formação em nível superior é alcançada por apenas 7,0% das pessoas com deficiência, contra 20,9% da população sem deficiência.

Essa defasagem já é percebida desde as séries iniciais e se aprofunda ao longo dos anos escolares. Embora as taxas de escolarização sejam relativamente altas na infância, a distância entre os dois grupos persiste e se amplia na adolescência e juventude. Entre as crianças de 6 a 14 anos com deficiência, 95,1% estão

¹ IBGE. Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda. Agência de Notícias do IBGE, 07 jul. 2023. Atualizado em: 16 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>. Acesso em: 25 ago. 2025.

matriculadas na escola, número que, embora alto, é inferior aos 99,4% matriculados sem deficiência. Na faixa de 15 a 17 anos, período correspondente ao ensino médio, a escolarização cai para 84,6% entre os jovens com deficiência, contra 93,0% entre os demais. Essa queda é ainda mais acentuada na transição para o ensino superior: apenas 24,3% dos jovens de 18 a 24 anos com deficiência estão na educação formal, enquanto no grupo sem deficiência esse percentual é de 31,8%.

Esses indicadores revelam que a deficiência, no contexto educacional brasileiro, ainda representa um fator de desigualdade e exclusão. As barreiras não se limitam ao ingresso escolar, mas se estendem à permanência, ao aprendizado e à conclusão das etapas de ensino. Isso demonstra que, apesar dos avanços legislativos e do reconhecimento do direito à educação inclusiva, a realidade prática ainda exige políticas públicas mais efetivas, que contemplem não apenas a matrícula, mas também a acessibilidade, o suporte pedagógico e as condições adequadas para o desenvolvimento pleno de todos os estudantes.

2.3 CUIDADORES E APOIO ESPECIALIZADO NA EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel fundamental na garantia do direito à educação para pessoas que, por diversas razões, não tiveram acesso ou continuidade na educação na idade dita apropriada. Quando se trata de pessoas com deficiência, essa modalidade educacional assume ainda maior importância, pois precisa contemplar não apenas o acesso, mas também a permanência e a efetiva inclusão desses estudantes em um ambiente que respeite suas especificidades.

Nesse sentido, a presença de cuidadores e o apoio especializado na EJA configuram-se como elementos essenciais para viabilizar o processo educativo dessas pessoas. Os cuidadores, ao oferecerem suporte individualizado, colaboram para superar barreiras relacionadas às condições físicas, cognitivas ou sensoriais que possam dificultar o acesso ao ensino, a participação nas atividades e a interação social. Esse acompanhamento especializado inclui auxílio na mobilidade, comunicação, além da adaptação e mediação dos conteúdos pedagógicos, garantindo um ambiente acessível e acolhedor.

A legislação brasileira, por meio da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), destaca a necessidade de oferta de atendimento educacional

especializado, preferencialmente na rede regular, e a provisão de recursos de apoio e serviços que assegurem a permanência e o sucesso educacional da pessoa com deficiência. Na EJA, onde os estudantes apresentam perfis e necessidades bastante diversificados, o apoio dos cuidadores torna-se ainda mais estratégico, pois permite a adaptação dos processos pedagógicos e a superação de desafios específicos, facilitando a inclusão.

Além disso, a atuação dos cuidadores na EJA fortalece a autonomia dos estudantes, estimulando seu protagonismo e participação ativa no processo de aprendizagem, o que é fundamental para o desenvolvimento da autoestima e para a construção da cidadania. Essa função de suporte é complementada pela formação contínua dos profissionais da educação e dos cuidadores, que precisam estar capacitados para reconhecer e atender às particularidades dos estudantes com deficiência, respeitando suas singularidades e promovendo a equidade.

Portanto, ao garantir o apoio especializado e a presença de cuidadores, a EJA não apenas cumpre uma função educacional, mas também um papel social relevante ao assegurar que pessoas com deficiência tenham suas necessidades atendidas, seus direitos respeitados e possam usufruir de uma educação inclusiva, efetiva e transformadora.

Paulo Freire (1996) lembra que a educação é um ato de liberdade e deve estar voltada para a formação de sujeitos autônomos, capazes de transformar sua própria realidade. Sob essa perspectiva, o apoio especializado e a presença de cuidadores na EJA não devem ser vistos como um controle sobre o estudante, mas sim como um apoio necessário para garantir sua participação plena no processo educativo. Essa visão reforça a importância do diálogo, da cooperação e da construção coletiva do conhecimento como bases para uma prática educativa inclusiva.

Assim, o olhar freiriano permite compreender que a inclusão na EJA não pode se limitar a adaptações estruturais, mas deve ser entendida como um compromisso político e pedagógico com a emancipação dos estudantes. Garantir apoio especializado significa adotar uma prática educativa humanizadora, que valoriza cada sujeito em sua singularidade, promove a cidadania e reafirma a escola como espaço de dignidade e transformação social.

2.4 CAPACITISMO E ACESSIBILIDADE NA EJA

A acessibilidade é um princípio fundamental que garante o direito à participação plena e à autonomia das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em todos os espaços da sociedade. Conforme definido na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015, art. 3º, inciso I), acessibilidade compreende a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana quanto na rural. Esse conceito amplia a compreensão de acessibilidade para além da eliminação de barreiras arquitetônicas, contemplando também aspectos comunicacionais, tecnológicos e de mobilidade, garantindo que todos os cidadãos possam exercer seus direitos de maneira equitativa e participar ativamente da vida social, cultural, educacional e profissional.

No contexto educacional e social, a acessibilidade assume um papel ainda mais estratégico, pois é através dela que se concretiza a inclusão de indivíduos historicamente marginalizados, promovendo igualdade de oportunidades. A aplicação desse conceito exige um planejamento integrado e atento aos contextos da vida cotidiana, desde a adaptação de espaços físicos até a disponibilização de informações em formatos acessíveis, passando pela eliminação de barreiras atitudinais e tecnológicas. Assim, a acessibilidade se configura como um instrumento de transformação social, capaz de promover a autonomia, a dignidade e a cidadania plena das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, fortalecendo o compromisso da sociedade com a inclusão e com o respeito à diversidade humana.

Nesse sentido, Sassaki (2009, p. 29) destaca que “a acessibilidade, em todas as suas formas, é condição essencial para que a inclusão social se efetive, pois possibilita a participação plena das pessoas com deficiência em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”. Isso mostra que a acessibilidade não é apenas uma adaptação física ou tecnológica, mas uma base para garantir que todos possam participar da sociedade. Quando existem condições acessíveis, a inclusão acontece de forma mais natural, e as diferenças passam a ser vistas como parte da diversidade humana.

No entanto, refletir sobre acessibilidade de forma crítica exige também compreender o capacitismo, que, segundo Mello (2016), é uma forma de opressão que se manifesta ao valorizar apenas corpos e mentes considerados “normais”, marginalizando aqueles que não se encaixam nesse padrão. Esse preconceito se sustenta em uma lógica corpo normativa que naturaliza desigualdades, tratando a deficiência como sinônimo de incapacidade e negando às pessoas com deficiência o reconhecimento de sua plena cidadania.

Mello (2016) ainda ressalta que combater o capacitismo é tão importante quanto promover a acessibilidade, pois não basta remover barreiras físicas ou tecnológicas se persistirem atitudes e práticas que desqualificam a existência da pessoa com deficiência. Isso implica um compromisso ético e político de transformação social, no qual a inclusão não se limita à adaptação de espaços, mas envolve a desconstrução de preconceitos históricos e a valorização da diversidade humana como fundamento de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na Educação de Jovens e Adultos, esse debate fica ainda mais importante, porque os estudantes dessa modalidade também foram, ao longo da vida, excluídos de diferentes formas. Assim como acontece com as pessoas com deficiência, muitos jovens, adultos e idosos da EJA já passaram por situações de negação de direitos, seja pelo trabalho precoce, pela gravidez na adolescência, pelas desigualdades sociais ou pela falta de acesso à escola. Quando esses estudantes ainda tem alguma deficiência, as dificuldades aumentam, tornando o processo de inclusão ainda mais desafiador.

Por isso, promover a acessibilidade na EJA significa reconhecer que cada estudante tem sua própria história e valor, respeitar seus conhecimentos e oferecer condições reais para que continuem estudando e aprendendo. Dessa forma, a escola se torna um espaço de justiça social e de reparação histórica, garantindo o direito de aprender, de exercer a cidadania e de participar plenamente da sociedade.

3. METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como quantitativa e descritiva, pois buscou identificar e analisar opiniões e informações fornecidas por professores sobre o tema investigado, além de apoiar-se em referenciais teóricos que discutem acessibilidade, capacitismo e inclusão educacional. De acordo com a concepção de Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa descritiva tem o objetivo de observar e registrar características de uma determinada realidade, buscando estabelecer relações entre variáveis sem que o pesquisador interfira diretamente no processo. Já a abordagem quantitativa possibilita a mensuração dos dados coletados, garantindo maior objetividade e precisão na análise, o que se mostra adequado para compreender as percepções docentes sobre a temática investigada.

3.2 PESQUISA DE CAMPO

A coleta de dados ocorreu durante as duas primeiras semanas do mês de agosto de 2024, por meio de um questionário online elaborado no Google Forms. O instrumento continha perguntas fechadas, possibilitando a quantificação das respostas. O link do questionário, organizado pelo Google Forms, foi enviado em grupos de professores no WhatsApp, assegurando o acesso remoto e prático aos participantes. Além disso, no TCLE havia o termo de consentimento no qual o respondente assinalava sua autorização para publicação dos dados. Todos receberam informações sobre os objetivos da pesquisa e manifestaram concordância em participar, garantindo o consentimento livre e esclarecido.

As respostas foram organizadas e analisadas utilizando técnicas de estatística descritiva, como frequência e porcentagem, para as questões fechadas.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

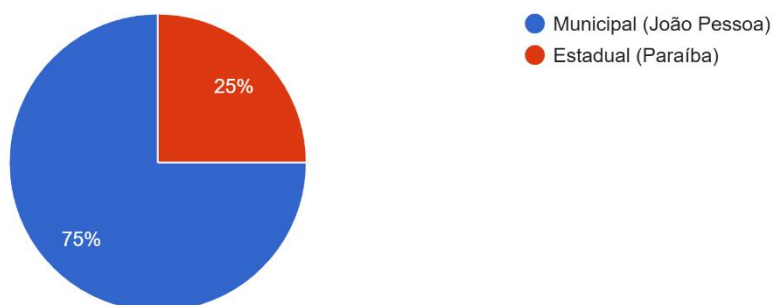
Segundo Freire (1996), conhecer o perfil dos educadores é fundamental para compreender como suas experiências e vivências influenciam a prática pedagógica, especialmente em contextos que demandam inclusão e valorização da diversidade.

A pesquisa contou com a participação de 20 professores da rede municipal de João Pessoa e da rede estadual da Paraíba, atuantes em diferentes ciclos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Do total, 15 professores pertencem à rede municipal de João Pessoa e 5 à rede estadual da Paraíba. (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Rede de atuação

Você atua na rede:

20 respostas



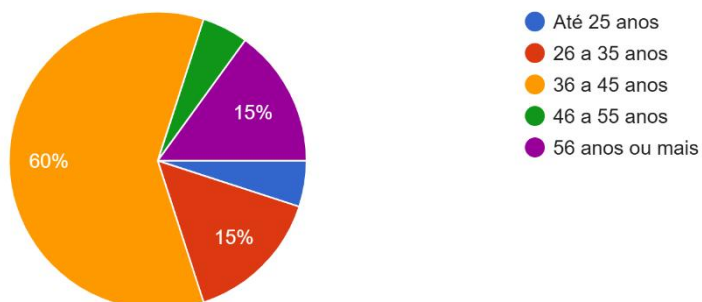
Fonte: Elaboração própria, 2025

A faixa etária predominante foi entre 36 e 45 anos (Gráfico 2), sendo 75% do gênero feminino e a maioria autodeclarada parda.

Gráfico 2 – Faixa etária

Professor (a) qual é sua idade:

20 respostas



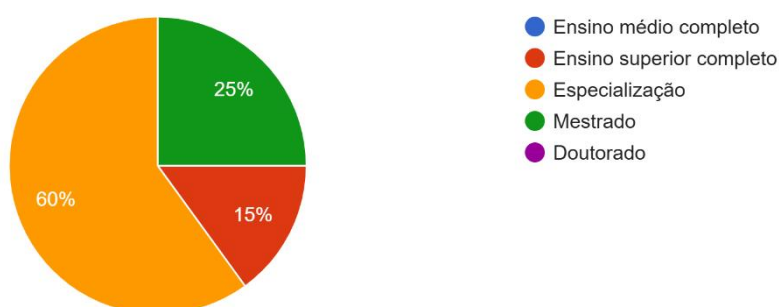
Fonte: Elaboração própria, 2025

Em relação à formação acadêmica, 60% possuem especialização e 25% possuem mestrado e apenas 15% dos professores entrevistados possuem apenas a graduação. (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Formação acadêmica

Qual seu nível de escolaridade:

20 respostas



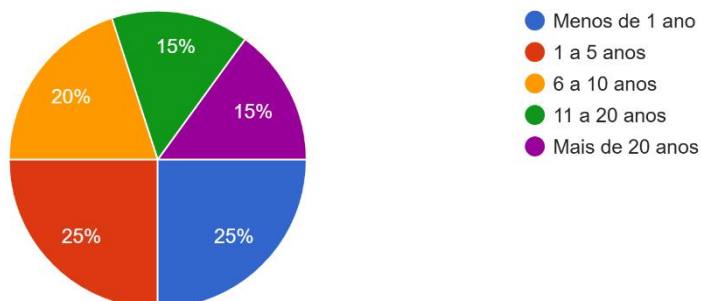
Fonte: Elaboração própria, 2025

Quanto à experiência profissional, a maioria, 40%, declarou atuar entre 11 e 20 anos como docente. Já o tempo específico de atuação na EJA se deu entre 1 e 5 anos (Gráfico 4), o que revela que o trabalho com a EJA ainda é recente para boa parte desses professores. Além disso, 95% das escolas em que esses sujeitos trabalham estão localizadas na zona urbana, demonstrando um predomínio desse contexto no universo pesquisado. Esses dados evidenciam um corpo docente experiente em sua trajetória profissional geral, mas ainda em processo de consolidação na modalidade EJA, o que pode influenciar diretamente a forma como percebem e enfrentam os desafios da inclusão nesse contexto.

Gráfico 4 -Tempo de atuação na EJA

Quanto tempo de atuação como professor na EJA?

20 respostas



Fonte: Elaboração própria, 2025

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

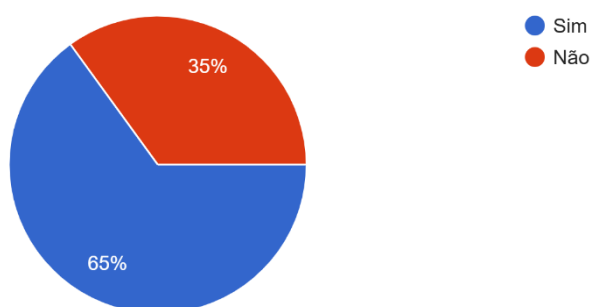
4.1 VIVÊNCIA E FORMAÇÃO DOCENTE COM ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

No que se refere à experiência com estudantes com deficiência, 13 dos 20 professores afirmaram já ter recebido estudantes com deficiência em suas turmas (Gráfico 5).

Gráfico 5- estudantes com deficiência na EJA

Você já teve alunos com deficiência em suas turmas da EJA?

20 respostas



Fonte: Elaboração própria, 2025

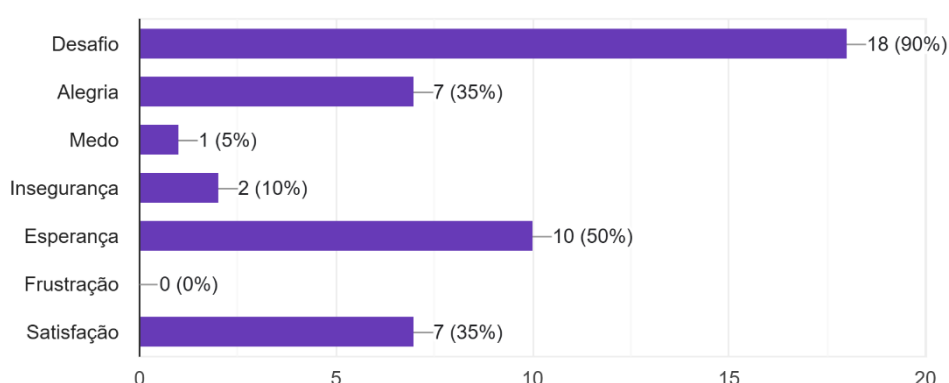
Desses estudantes, cerca de 90% enfrentam algum tipo de dificuldade de aprendizagem, segundo os relatos dos docentes. Em relação à preparação para

atender esse público, 14 professores disseram sentir-se apenas parcialmente preparados, enquanto apenas 3 afirmaram estar totalmente preparados. Os sentimentos diante da presença de estudantes com deficiência variam entre desafio, esperança e, em alguns casos, medo (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Sentimentos ao se deparar com a inclusão de estudantes

Que sentimentos você tem ao lidar com a inclusão de alunos com deficiência na EJA? (Pode marcar mais de uma)

20 respostas



Fonte: Elaboração própria, 2025

Evidenciando tanto a disposição dos professores em acolher esses estudantes quanto as inseguranças decorrentes da falta de formação e de recursos adequados para promover uma inclusão efetiva.

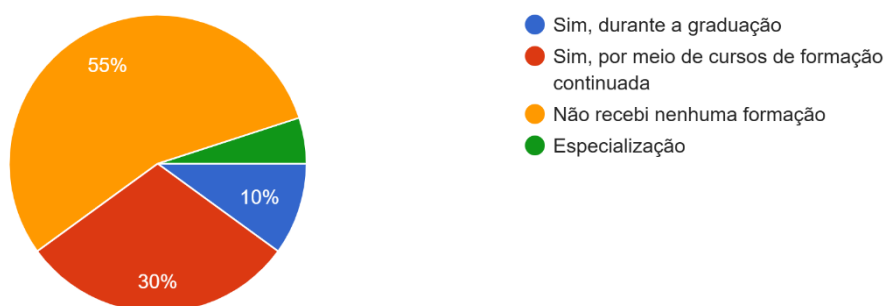
Segundo Paulo Freire (1996), a prática docente deve estar relacionada na reflexão crítica sobre a realidade dos estudantes, considerando suas experiências e contextos de vida, de forma a transformar o processo de ensino-aprendizagem em um espaço de diálogo e construção conjunta do conhecimento, sem desconsiderar seus conhecimentos prévios.

No que se refere à formação, 55% dos professores relataram não ter recebido nenhum tipo de formação continuada para atuar com estudantes com deficiência na EJA. Outros 30% afirmaram ter participado de formações continuadas e apenas 10% mencionaram ter tido algum contato com esse tema ainda na graduação (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Formação continuada

Você recebeu formação específica para atuar com alunos com deficiência na EJA?

20 respostas



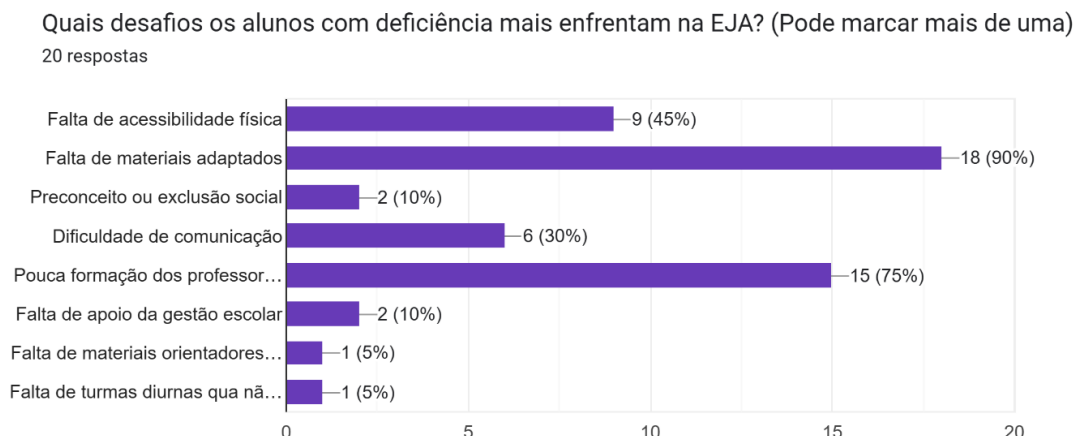
Fonte: Elaboração própria, 2025

Essa realidade evidencia a necessidade de investimentos em formação inicial e continuada, alinhada à perspectiva de Paulo Freire, que enfatiza a importância de professores críticos e reflexivos para atuar de maneira inclusiva e transformadora.

4.3 RECURSOS DIDÁTICOS E A MOTIVAÇÃO DE FREQUENTAR A ESCOLA

Entre as principais dificuldades apontadas para o trabalho docente para estudantes com deficiência na EJA, destacam-se a falta de materiais pedagógicos adaptados, a pouca formação específica e a ausência de acessibilidade física nas escolas (Gráfico 8).

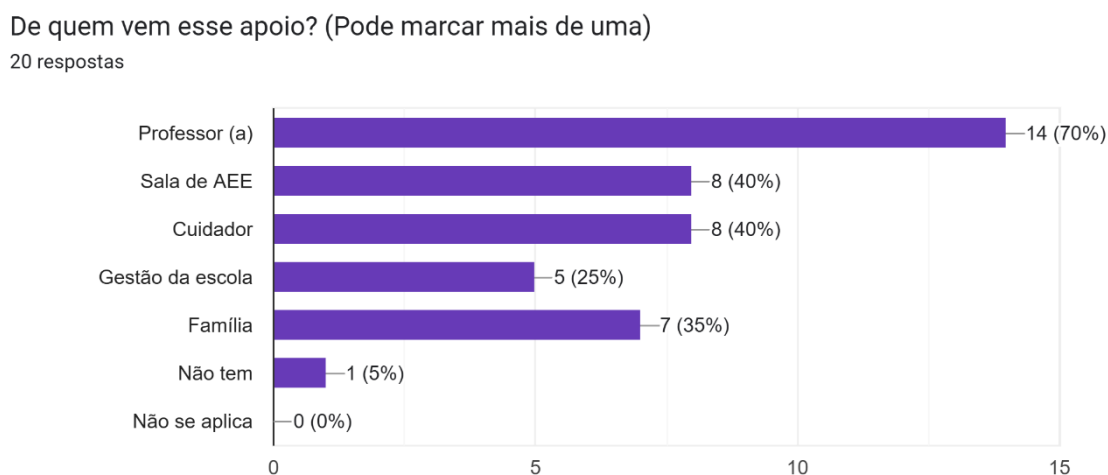
Gráfico 8 – Desafios enfrentados pelos estudantes



Fonte: Elaboração própria, 2025

Apesar disso, a maioria dos professores afirmaram que busca adaptar as atividades de acordo com as necessidades dos estudantes, sendo que o apoio e suporte a esses estudantes ocorre, em grande parte, pelos próprios docentes, seguido pelo auxílio do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e dos cuidadores (Gráfico 9).

Gráfico 9 – De onde vem o apoio



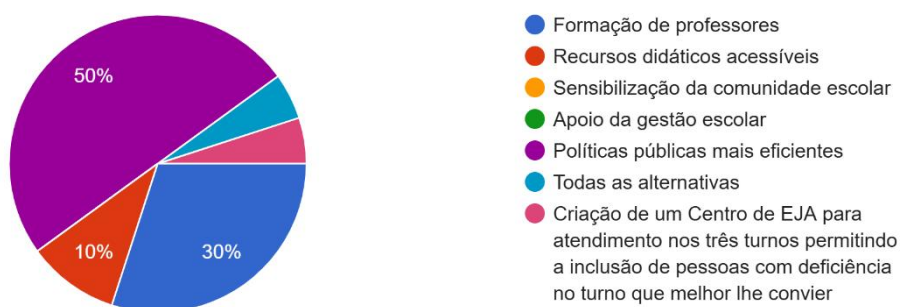
Fonte: Elaboração própria, 2025

Nesse sentido, entre as estratégias pedagógicas, a adaptação de materiais e o uso de recursos visuais e concretos foram apontados como as mais eficazes para

favorecer a aprendizagem significativa. Ainda assim, 50% dos professores destacaram a falta de políticas públicas consistentes e eficazes para assegurar a inclusão plena desses estudantes na EJA (Gráfico 10).

Gráfico 10 – O que falta para que a inclusão seja efetiva

Em sua visão, o que mais falta para que a inclusão de alunos com deficiência na EJA seja efetiva?
20 respostas



Fonte: Elaboração própria, 2025

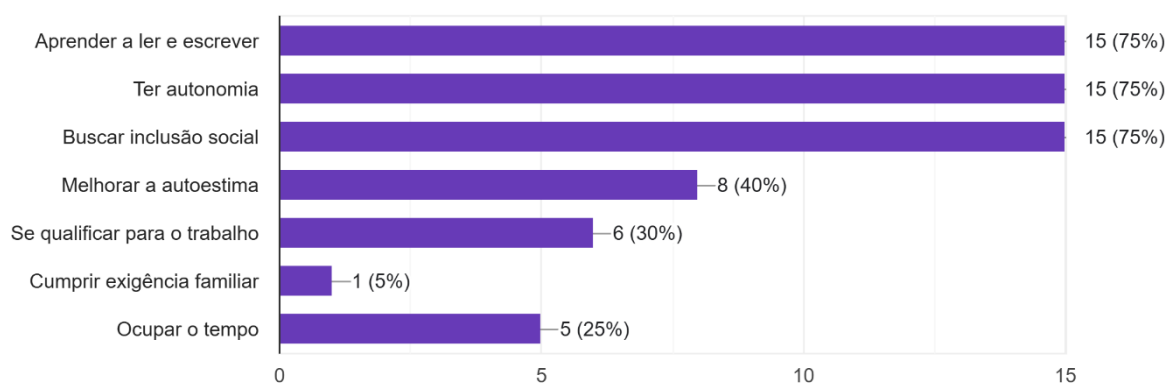
Esses dados reforçam a importância da formação continuada e de políticas educacionais que garantam condições efetivas de inclusão, indo além do esforço individual dos professores.

Por fim, os professores que responderam ao formulário acreditam que a principal motivação dos estudantes com deficiência para frequentar a EJA está ligada ao desejo de aprender a ler e escrever, conquistar maior autonomia e inclusão social, melhorar a autoestima e se qualificar para o trabalho (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Motivação para frequentar a escola

Quais são as principais motivações dos alunos com deficiência para frequentar a EJA, na sua visão? (pode marcar mais de uma alternativa)

20 respostas



Fonte: Elaboração própria, 2025

Além disso, os docentes destacaram que os estudantes da EJA buscam ser acolhidos, respeitados e ter a oportunidade de construir amizades, socializar e participar ativamente da vida escolar, aprendendo de forma significativa. Isso mostra que a EJA não é apenas um espaço para adquirir conhecimentos formais, mas também um ambiente de valorização pessoal, de empoderamento e de crescimento humano.

Nesse sentido, Paulo Freire, em *Educação como Prática da Liberdade*, lembra que a educação deve ser um processo de conscientização e transformação, no qual os estudantes são protagonistas da própria aprendizagem. Ele defende que a escola precisa reconhecer a experiência de vida de cada educando, promovendo sua autonomia e participação, e respeitando sua cultura e história (FREIRE, 1967).

Ao buscar acolhimento, respeito e envolvimento ativo na vida escolar, os estudantes da EJA exercem sua autonomia e fortalecem sua autoestima, contribuindo para a construção de uma comunidade escolar mais inclusiva, humana e democrática.

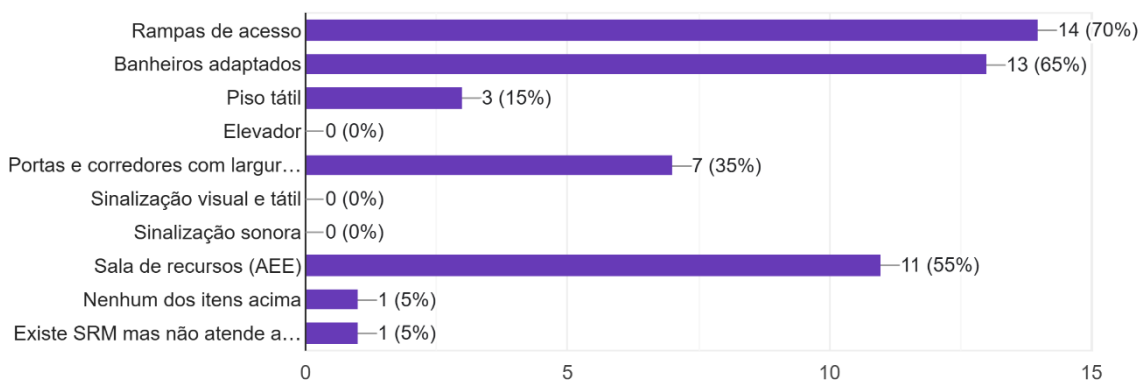
4.4 ESTRUTURA ESCOLAR E CAPACITISMO

No que se refere à estrutura escolar, os docentes apontaram a existência de rampas de acesso, banheiros adaptados, salas de recursos (AEE) e portas e corredores largos. Contudo, é notória a ausência de recursos como piso tátil, elevadores e sinalização sonora ou visual, o que limita a acessibilidade para diferentes tipos de deficiência (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Estrutura escolar

A escola em que você trabalha possui estrutura física acessível para alunos com deficiência?
Marque os itens que estão presentes:

20 respostas



Fonte: elaboração própria, 2025

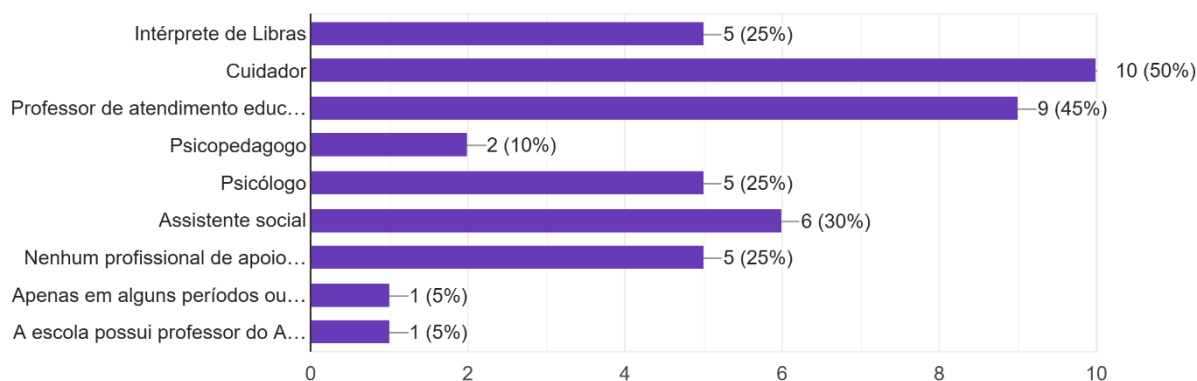
Essas escolas dispõem de cuidadores, professores do AEE e intérpretes de Libras (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Profissionais de apoio

A escola em que você trabalha oferece profissionais de apoio para atender alunos com deficiência?

Marque os que estão disponíveis:

20 respostas



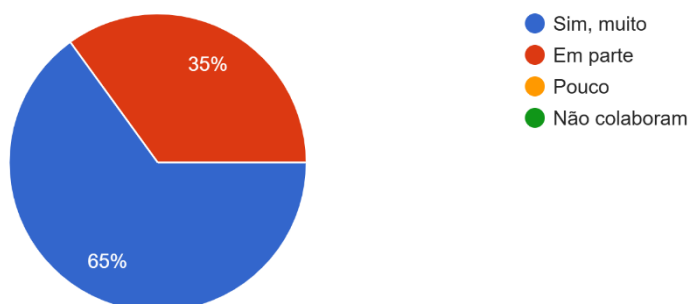
Fonte: elaboração própria, 2025

Além de promoverem a participação dos estudantes com deficiência em atividades culturais e festivas, muitas vezes com apoio e colaboração dos colegas (Gráfico 14), observa-se que, dentro da amostragem pesquisada que, não foram encontradas evidências de práticas capacitistas no contexto analisado.

Gráfico 14 – Interação com demais estudantes

Você considera que os demais alunos da turma colaboram com a inclusão dos colegas com deficiência?

20 respostas



Fonte: elaboração própria, 2025

Como mencionado anteriormente por Mello (2016), o capacitismo caracteriza-se como uma forma de opressão que valoriza apenas corpos e mentes considerados “normais”, marginalizando aqueles que não se enquadram nesse padrão socialmente imposto. Contudo, nesta pesquisa verificou-se que os estudantes com deficiência da EJA participam ativamente de festas e eventos escolares, sendo acolhidos em diferentes espaços da vida escolar. Além disso, os demais estudantes demonstram colaborar com essa inclusão, o que contribui para a construção de um ambiente diversificado, respeitoso e mais próximo de uma perspectiva efetivamente inclusiva.

4.5 IMPORTÂNCIA DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EJA

Os dados revelam, portanto, que a inclusão vai além da adaptação curricular, exigindo condições estruturais adequadas, formação continuada e o compromisso político com políticas públicas efetivas. Como reforça Freire (1996), a educação emancipadora deve transformar a realidade social. Nesse sentido, a inclusão plena na EJA demanda não apenas recursos pedagógicos adaptados, mas também investimento professores e profissionais de apoio qualificados e políticas públicas que sustentem práticas efetivamente inclusivas.

Diante desse cenário, percebe-se que a inclusão na EJA ainda enfrenta limites significativos, tanto pela ausência de recursos estruturais e pedagógicos quanto pela defasagem na formação docente. No entanto, os dados também revelam a disposição dos professores em buscar alternativas e adaptar suas práticas, mesmo diante de desafios. Isso reforça a ideia de que a inclusão não pode ser responsabilidade individual do professor ou do cuidador, mas precisa ser compreendida como um projeto coletivo, sustentado por políticas públicas efetivas e por uma gestão escolar comprometida.

A importância da inclusão na EJA está diretamente relacionada à concepção de educação como direito humano fundamental. Os estudantes da EJA, em sua maioria, carregam histórias de exclusão, abandono escolar e desigualdades sociais que os afastaram da trajetória educacional regular. Nesse sentido, garantir sua permanência e aprendizagem significa não apenas ofertar conteúdos didáticos, mas também assegurar dignidade, reconhecimento e pertencimento. Como afirma Arroyo (2017, p. 7), os sujeitos da EJA “levam as esperanças de que os percursos escolares retomados garantam-lhes o seu direito a uma vida justa, menos injusta. Humana.”

Outro aspecto relevante diz respeito ao capacitismo, entendido como uma forma de opressão que valoriza apenas corpos e mentes considerados “normais”, marginalizando aqueles que não se encaixam nesse padrão (Mello, 2016). Na amostragem pesquisada, entretanto, não foram encontradas evidências explícitas de práticas capacitistas no âmbito escolar. Isso demonstra que, ao menos nesse contexto, os estudantes com deficiência não vivenciam situações de discriminação direta. Contudo, é necessário afirmar que a ausência de relatos não significa que a escola esteja isenta de preconceitos e pensamentos capacitistas, mas indica uma abertura para práticas de acolhimento que podem ser fortalecidas por meio de políticas inclusivas e da formação docente.

Além disso, a inclusão deve ser compreendida como um processo que ultrapassa os limites da sala de aula. Ela envolve o acolhimento das diferentes trajetórias de vida, a valorização dos saberes prévios dos estudantes e a construção de um espaço educativo que respeite as diferenças como parte constitutiva da aprendizagem. Assim, promover a inclusão na EJA significa criar condições para que cada sujeito seja reconhecido como protagonista de sua história, com suas experiências de vida que enriquecem a coletividade.

Nesse sentido, a perspectiva freiriana de educação como prática de liberdade convida a refletir que a transformação só será possível quando reconhecer cada estudante como sujeito de direitos, capaz de aprender e contribuir para uma sociedade mais justa. Portanto, a inclusão na EJA não deve ser vista como um favor, mas sim como a garantia de um direito que, por muito tempo, foi negado a uma grande parte da população brasileira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo refletir sobre os desafios enfrentados por estudantes com deficiência na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir das percepções dos professores. Os resultados revelaram um cenário marcado por contradições: ao mesmo tempo em que os docentes demonstram disposição em acolher e adaptar suas práticas, as condições estruturais, a falta de materiais pedagógicos acessíveis e a carência de formação continuada ainda representam entraves significativos para a efetivação de uma educação inclusiva.

A análise evidenciou que a maioria dos professores participantes já recebeu estudantes com deficiência em suas turmas, mas grande parte deles afirma não se sentir totalmente preparada para promover uma inclusão plena. Essa realidade reforça a importância da formação docente, da oferta de recursos adequados e de políticas públicas consistentes, que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem significativa desses estudantes.

Outro ponto relevante é que os estudantes com deficiência, na percepção dos professores, buscam a EJA não apenas para aprender a ler e escrever, mas também para conquistar autonomia, inclusão social e autoestima. Essa motivação vai ao encontro da concepção freiriana de educação como prática de liberdade, mostrando que a escola precisa ser espaço de acolhimento, respeito e transformação social. Assim, conclui-se que a inclusão de pessoas com deficiência na EJA exige mais do que a adaptação de espaços físicos ou currículos. Trata-se de um processo que demanda compromisso político, pedagógico e humano, capaz de romper com práticas capacitistas que possam aparecer, e construir uma escola verdadeiramente democrática. Para isso, é fundamental fortalecer a formação de professores, investir em acessibilidade e consolidar políticas públicas que assegurem condições reais de participação para todos.

Por fim, este trabalho mostra que a inclusão na EJA é possível quando cada pessoa é valorizada e as barreiras de exclusão são superadas. Ao ressaltar a importância do respeito, da colaboração e da diversidade, fica claro que a escola pode ser um lugar de transformação, onde todos aprendem e ensinam, construindo juntos uma sociedade mais justa e solidária.

6. REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 27833–27835, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: alunas e alunos da EJA**. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2006.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda**. Agência de Notícias, 7 jul. 2023. Atualizado em 16 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda#:~:text=Das%20crian%C3%A7as%20de%206%20a,0%25%20entre%20os%20sem%20defici%C3%Aancia.>>. Acesso em: 09 ago. 2025.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MELLO, Anahi Guedes de. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, out. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/J959p5hgv5TYZgWbKvspRtF/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 13 ago. 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, ano XII, n. 69, p. 10-16, mar./abr. 2009.

7. APÊNDICES

7.1 QUESTIONÁRIO

Este apêndice apresenta o questionário utilizado na pesquisa, elaborado pela autora e aplicado por meio do Google Forms, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) enviado aos participantes. O questionário teve como tema: “Os desafios enfrentados pelos alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos: a partir da percepção dos professores”.

O objetivo do questionário foi coletar informações sobre a percepção dos professores acerca dos desafios enfrentados pelos alunos com deficiência na EJA, permitindo compreender e refletir as barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais presentes no contexto escolar.

O TCLE assegura que todos os participantes compreenderam os objetivos da pesquisa e concordaram voluntariamente em participar. O questionário foi enviado via WhatsApp, garantindo o acesso remoto e prático aos professores participantes. A seguir, encontram-se o TCLE e todas as questões do questionário aplicado.

7.1.1 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso intitulada “Os desafios enfrentados pelos alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos: a partir da percepção dos professores”, conduzida por Yasmim Kelly Ramos Medeiros, discente concluinte do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da Profª Drª Quêzia Vila Flor Furtado.

O objetivo da pesquisa é compreender, a partir da experiência de professores da EJA na educação básica, os desafios enfrentados por estudantes com deficiência e as possibilidades de inclusão nesse contexto.

A pesquisa será direcionada a professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na educação básica, com o intuito de reunir percepções reais sobre os desafios vivenciados no cotidiano escolar, contribuindo para reflexões e possíveis avanços nas práticas pedagógicas inclusivas.

Sua participação será voluntária, e as informações fornecidas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos, mantendo total sigilo sobre sua identidade. Os dados serão analisados de forma coletiva e não serão divulgados individualmente.

Ao concordar em participar, você responderá a um questionário online. Ressaltamos que:

- A participação é voluntária, podendo ser recusada ou interrompida a qualquer momento, sem qualquer tipo de penalização ou prejuízo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos nesta pesquisa, assegurando a privacidade dos participantes e o uso das informações apenas para fins acadêmicos.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes, tampouco procedimentos que possam gerar riscos físicos, emocionais ou financeiros.

- Em caso de dúvidas ou necessidade de esclarecimento, o participante poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo número (83) 99646-6142 – Yasmim Kelly Ramos Medeiros.

Ao marcar a opção abaixo, você declara que leu, compreendeu e concorda com os termos apresentados neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

() Declaro que li e compreendi as informações acima e autorizo a utilização dos dados fornecidos para fins de pesquisa acadêmica.

7.1.2 PERGUNTAS

1- Nome completo.

2- Professor (a) qual é sua idade?

- () Até 25 anos
- () 26 a 35 anos
- () 36 a 45 anos
- () 46 a 55 anos
- () 56 anos ou mais

3- Professor (a) qual gênero você se identifica?

- () Feminino
- () Masculino
- () Prefere não informar

4- Professor (a) qual a raça/cor (autodeclaração) que você se identifica?

- () Branca
- () Preta
- () Parda
- () Amarela
- () Indígena
- () Prefere não informar

5- Qual seu nível de escolaridade?

- () Ensino médio completo
- () Ensino superior completo
- () Especialização
- () Mestrado
- () Doutorado

6- Você é professor (a):

- () Polivalente
- () Outras licenciaturas

7- Você atua na rede:

- () Municipal (João Pessoa)
- () Estadual (Paraíba)

8- Quanto tempo de atuação como professor(a)?

- () Menos de 1 ano

- ☐ 1 a 5 anos
- ☐ 6 a 10 anos
- ☐ 11 a 20 anos
- ☐ Mais de 20 anos

9- Quanto tempo de atuação como professor na EJA?

- ☐ Menos de 1 ano
- ☐ 1 a 5 anos
- ☐ 6 a 10 anos
- ☐ 11 a 20 anos
- ☐ Mais de 20 anos

10- A escola em que você trabalha é:

- ☐ Urbana
- ☐ Rural

11- Você já teve alunos com deficiência em suas turmas da EJA?

- ☐ Sim
- ☐ Não

12- Na sua experiência, os alunos com deficiência enfrentam dificuldades de aprendizagem na EJA?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Às vezes

13- Você se sente preparado(a) para ensinar os estudantes com deficiência na EJA?

- ☐ Sim, totalmente
- ☐ Em parte
- ☐ Não me sinto preparado(a)

14- Que sentimentos você tem ao lidar com a inclusão de alunos com deficiência na EJA? (Pode marcar mais de uma)

- ☐ Desafio
- ☐ Alegria
- ☐ Medo
- ☐ Insegurança
- ☐ Esperança
- ☐ Frustração
- ☐ Satisfação

15- Você recebeu formação específica para atuar com alunos com deficiência na EJA?

- ☐ Sim, durante a graduação
- ☐ Sim, por meio de cursos de formação continuada
- ☐ Não recebi nenhuma formação
- ☐ Especialização

16- Quais desafios os alunos com deficiência mais enfrentam na EJA? (Pode marcar mais de uma).

- ☐ Falta de acessibilidade física

- ☐ Falta de materiais adaptados
- ☐ Preconceito ou exclusão social
- ☐ Dificuldade de comunicação
- ☐ Pouca formação dos professores para atuar com esse público
- ☐ Falta de apoio da gestão escolar
- ☐ Outros

17- Você costuma adaptar atividades para alunos com deficiência em suas aulas na EJA?

- ☐ Sim, frequentemente
- ☐ Sim, às vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca
- ☐ Não sei como adaptar

18- Os alunos com deficiência costumam receber o apoio necessário para acompanhar as aulas?

- ☐ Sempre
- ☐ Às vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

19- De quem vem esse apoio? (Pode marcar mais de uma)

- ☐ Professor (a)
- ☐ Sala de AEE
- ☐ Cuidador
- ☐ Gestão da escola
- ☐ Família
- ☐ Não tem
- ☐ Não se aplica

20- Quais são as principais motivações dos alunos com deficiência para frequentar a EJA, na sua visão? (pode marcar mais de uma alternativa)

- ☐ Aprender a ler e escrever
- ☐ Ter autonomia
- ☐ Buscar inclusão social
- ☐ Melhorar a autoestima
- ☐ Se qualificar para o trabalho
- ☐ Cumprir exigência familiar
- ☐ Ocupar o tempo
- ☐ Outros

21- Na sua perspectiva, o que os alunos com deficiência esperam da escola? (Pode marcar mais de uma)

- ☐ Ser acolhidos e respeitados
- ☐ Aprender de forma significativa
- ☐ Ter amigos e socializar
- ☐ Ser preparados para o mercado de trabalho
- ☐ Ser ouvidos e compreendidos
- ☐ Outros

22- A escola em que você trabalha possui estrutura física acessível para alunos com deficiência? Marque os itens que estão presentes:

- ☐ Rampas de acesso
- ☐ Banheiros adaptados
- ☐ Piso tátil
- ☐ Elevador
- ☐ Portas e corredores com largura adequada
- ☐ Sinalização visual e tátil
- ☐ Sinalização sonora
- ☐ Sala de recursos (AEE)
- ☐ Nenhum dos itens acima
- ☐ Outros

23- Há materiais pedagógicos adaptados para diferentes tipos de deficiência?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Em alguns casos

24- Se houver materiais pedagógicos adaptados para alunos com deficiência, quem é responsável por prepará-los?

- ☐ Gestão escolar
- ☐ Professor
- ☐ Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE)
- ☐ Equipe pedagógica (coordenador, orientador etc.)
- ☐ Não tem
- ☐ Outros

25- A escola em que você trabalha oferece profissionais de apoio para atender alunos com deficiência? Marque os que estão disponíveis:

- ☐ Intérprete de Libras
- ☐ Cuidador
- ☐ Professor de atendimento educacional
- ☐ Psicopedagogo
- ☐ Psicólogo
- ☐ Assistente social
- ☐ Nenhum profissional de apoio está disponível
- ☐ Apenas em alguns períodos ou dias da semana
- ☐ Outros

26- Na sua escola, os estudantes com deficiência participam de todas as atividades escolares (festas, eventos, saídas, etc.)?

- ☐ Sempre
- ☐ Às vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

27- Você considera que os demais alunos da turma colaboram com a inclusão dos colegas com deficiência?

- ☐ Sim, muito

- ☐ Em parte
- ☐ Pouco
- ☐ Não colaboram

28- Em sua opinião, quais estratégias pedagógicas mais contribuem para a inclusão de alunos com deficiência na EJA?

- ☐ Uso de recursos visuais e concretos
- ☐ Adaptação de tempo e atividades
- ☐ Trabalho em grupo com mediação
- ☐ Apoio da família
- ☐ Planejamento colaborativo com AEE

29- Em sua visão, o que mais falta para que a inclusão de alunos com deficiência na EJA seja efetiva?

- ☐ Formação de professores
- ☐ Recursos didáticos acessíveis
- ☐ Sensibilização da comunidade escolar
- ☐ Apoio da gestão escolar
- ☐ Políticas públicas mais eficientes
- ☐ Outros

Muito obrigada por responder à pesquisa!

Sua participação faz toda a diferença e contribui muito para pensarmos juntos uma Educação de Jovens e Adultos mais inclusiva e acolhedora.